

# Pesquisas na Amazônia confirmam potencial extrativo

Belém — Abdias Pinheiro

Há duas semanas, um artigo publicado na revista Nature reabriu uma velha polêmica sobre o futuro da Amazônia. Ao longo de apenas três páginas, seus autores — os botânicos Charles Peters e Alwyn Gentry e o economista florestal Robert Mendelsohn — se dedicaram a desmantelar, de maneira minuciosa, dois mitos que se formaram em torno da floresta tropical. O primeiro, defendido por alguns ecologistas mais renitentes, de que a mata deve ficar a salvo do homem, protegida por parques nacionais; o segundo, herança do pensamento desenvolvimentista que tomou conta do Brasil nos anos 70, reza que a Amazônia só tem futuro se for devastada para a exportação de madeira ou para a implantação de projetos agropecuários.

As experiências de dois pesquisadores do Museu Paraense Emílio Goeldi e da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) mostram que não se tratam apenas de cálculos matemáticos feitos à distância da realidade amazônica. Em seus estudos, eles constataram que o extrativismo não só é mais rentável que a pecuária, a principal responsável pelo desmatamento, como pode dar aos ribeirinhos um nível de vida mais alto que o da maioria dos pequenos agricultores e operários urbanos.

"O futuro da floresta não está nem tanto ao mar, nem tanto à terra", afirma Robert Mendelsohn, em entrevista ao correspondente do JORNAL DO BRASIL em Washington, Manuel Francisco Brito. A tentativa de deixá-la isolada do resto do mundo, além de ser infantil, pode contribuir tanto para a sua devastação, quanto para uma política aberta de desmatamento. A saída para a preservação da Amazônia está na sua ocupação econômica, desde que ela seja feita de modo integrado com a exuberância da vegetação local, propiciando um crescimento auto-sustentável, tanto da floresta, quanto da própria atividade econômica. A saída para isso já existe, praticada em maior ou menor escala por várias comunidades amazônicas, e tem até um nome: extrativismo.

"Eu não tenho a menor dúvida de que a extração dos produtos naturais da floresta é a saída para mantê-la em pé", afirma o professor Robert Mendelsohn, o homem responsável pelos cálculos que viraram a economia amazônica de cabeça para baixo. E não é para menos. Afinal, de suas contas saiu a afirmação de que, ao contrário do que acontece atualmente na Amazônia, o hectare de terra com vegetação intocada que esteja sendo utilizado para atividades extrativas produz, na verdade, mais do que o hectare desmatado para a criação de gado ou para a exportação da madeira. Com base nesses números, os autores da Nature insistem que o preço de um hectare com sua cobertura florestal incólume, vale, em média, três vezes mais do que o hectare devastado.

Não é isso, porém, o que acontece no mercado imobiliário amazônico. A contradição, garante Mendelsohn, é apenas aparente. "Essa situação se reproduz porque o mercado da região reflete o uso predominante do solo. A agropecuária e a extração da madeira, nesse momento, é que têm valor. Por isso, é óbvio que o solo preparado para esse tipo de atividade vai alcançar melhor preço", diz ele.

"Aspectos culturais e econômicos impedem que as populações dos países amazônicos percebam o potencial econômico e ecológico do extrativismo na região. Se o uso alternativo do solo crescer, eu não duvidaria de que a balança do preço dos hectares da Amazônia vai pender para aqueles onde o extrativismo é praticado".

Mendelsohn sabe do que fala — ele viu e reviu seus cálculos antes de repassá-los para o exame de Gay e Peters, responsável pela coleta dos dados sobre a produção e o valor de um hectare de terra dedicado ao extrativismo na Amazônia peruana, numa região próxima à cidade de Iquitos. "Não imaginei, no princípio, que os valores que eu encontraria seriam tão díspares com relação aos que, historicamente, têm sido atados ao solo amazônico", recorda-se ele.

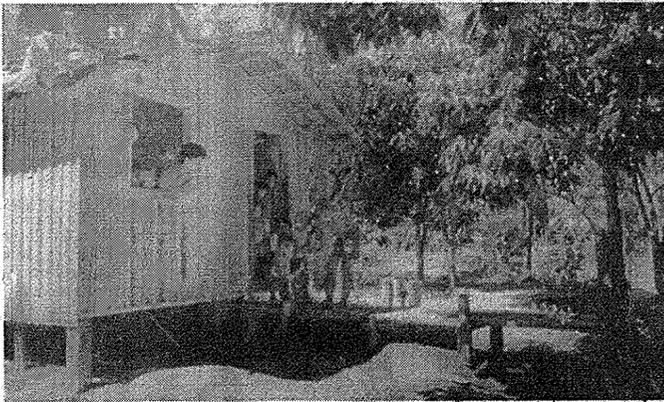
## Economia é voltada para a destruição

WASHINGTON — O economista Robert Mendelsohn nunca esteve no Brasil, embora acompanhe as desventuras ecológicas do país muito de perto. Mas do alto de sua experiência com a atividade extrativa em vários rios e florestas das Américas do Norte e do Sul, ele sabe que o caminho para a sua implantação é, em geral, extremamente espinhoso. "Principalmente na Amazônia, onde a economia está voltada para a destruição da floresta", diz.

"A situação brasileira traduz o contexto mais acabado de um comportamento econômico predatório", afirma. "Para começar é muito difícil alguém reclamar a propriedade de uma área intocada, porque a ideia de posse está atada a um conceito de produtividade do solo que, via de regra, se liga à produção agropecuária ou madeireira, duas atividades que implicam no desmatamento. Tanto assim, que até bem pouco tempo o governo brasileiro subsidiava aqueles que se metiam a cortar árvores na floresta tropical".

O pesquisador não sabe afirmar com certeza qual o potencial de expansão para o mercado do extrativismo, até porque medi-lo agora, quando ele praticamente inexistente, é uma tarefa inglória. "Mas agora, suas possibilidades de crescimento são inúmeras, já que pouquíssimas áreas da floresta tropical são utilizadas para o extrativismo. O que não quer dizer que eu esteja sugerindo que toda a Amazônia deveria ser entregue ao extrativismo e que ele vai ter condições de crescer infinitamente. Meus estudos não me dão meios para fazer tal afirmação, mas apenas dizer que boa parte dela pode ser empregada em atividades extrativas", afirma Mendelsohn.

O item educação talvez seja o mais crucial deles. "Se nós conseguirmos mostrar ao pessoal do sul, que sobe para colonizar a floresta tropical que ele vai ganhar mais dinheiro deixando-a intacta, tenho certeza de que o extrativismo pode florescer", diz, alertando, porém, que a educação não se resume a apontar o caminho para o sucesso financeiro. "Dedicar um solo a atividades extrativas é algo muito complicado, que exige um manejo sofisticado da floresta que impeça a colheita excessiva de seus produtos. Parte deles, em média 25%, deve ficar jogado no solo, para ajudar a floresta a se regenerar e torná-la auto-sustentável. É duro aprender a controlar a ganância", ensina Mendelsohn com a autoridade de quem viu pouquíssimas experiências extrativas darem certo. Em geral, elas começam a morrer quando seus praticantes começam a colher demais, sem se perguntar o que eles devem devolver à floresta ou quando eles devem terminar a colheita. (M.F.B.)



Moradores de Combu ganham mais que cinco salários mínimos e trabalham só três dias por semana, colhendo açaí, cacau e borracha

## Caboclo ganha US\$ 3.300 ao ano

Antônio José

BELÉM — A dois quilômetros de Belém, do outro lado do Rio Guamá, fica a Ilha de Combu, com 15 quilômetros quadrados. Aparentemente, é uma ilha como qualquer outra do estuário do Rio Amazonas, com suas terras encharcadas, moradores indolentes e uma carência absoluta de serviços públicos. É assim na maioria das localidades do interior do Pará.

Ao penetrar pelo "furo", que funciona como uma verdadeira rua para os ribeirinhos, o visitante logo percebe que os 600 habitantes de Combu se distinguem dos seus vizinhos de outras ilhas. Eles conseguiram uma padrão de vida que pode ser considerado elevado em comparação a outros caboclos da região. Suas casas, dispostas ao longo do "furo", são de madeira de lei e cobertas com telhas de barro. Muito próximas, para as distâncias amazônicas, umas das outras, parecem formar mesmo uma avenida. Com raríssimas exceções, têm geladeira, fogão a gás, rádio, televisores que funcionam a bateria e, no porto, um pequeno barco a motor, veículo utilizado nas viagens a Belém e nos passeios às casas da vizinhança.

O que distingue o padrão de vida dos combuenses do resto dos ribeirinhos do estuário amazônico é a renda familiar, que eles atingiram nos últimos cinco anos, quando trocaram quase todas as outras atividades pelo extrativismo intensivo do açaí, do cacau e da borracha da seringueira. Hoje, cada família de Combu fatura de 2 mil e 200 dólares a 3 mil 320, exclusivamente com a comercialização desses três produtos.

Renda — O pesquisador Anthony Anderson, do Museu Paraense Emílio Goeldi, vem acompanhando desde 1984 a renda familiar de cinco famílias de Combu e chegou à conclusão que cada família da ilha tem uma renda bastante superior que qualquer trabalhador que ganha salário mínimo ou pequeno agricultor da região, especialmente porque o custo com insumos é praticamente zero na ilha.

Anderson sabe, contudo, que a renda familiar combuense é ainda maior porque é acrescida da comercialização de outros produtos nativos, que ainda não estão sendo contabilizados pela equipe da estação experimental do Goeldi. Eles ganham ainda com a venda de fibras, pescado, madeiras, frutos silvestres, como taperebá, cupuaçu, andiroba e outros.

Mas isso só é possível porque a comunidade, mais por instinto de sobrevivência que por consciência ecológica, decidiu estabelecer uma nova relação com os recursos naturais remanescentes na ilha. As famílias verificaram que era mais rentável manter a floresta em pé e colher os seus frutos para vender em Belém, que derrubar a mata para vender a madeira em tora ou plantar roças de mandioca, milho ou feijão.

— Elas preferem comprar a farinha em Belém a desmatar um hectare sequer para plantar mandioca — afirma Anderson. Segundo ele, os pequenos agricultores da região de Tucuruí só conseguem ganhar 1 mil e 800 dólares por ano e causam um bom desmatamento. "Eles têm muitos gastos com a produção, enquanto um morador de Combu só tem o trabalho de ir ao mato colher o que precisa vender, porque o cacau foi introduzido há muitos anos na ilha e hoje é só enriquecer a floresta, diminuindo, por exemplo, os espaços entre uma seringueira e outra, tornando também mais densos os açaizais e os caucuais.

Lazer — "É evidente que os ganhos de uma família de Combu não dão para passar as férias em Paris, mas, com certeza, a qualidade de vida da comunidade é muito melhor do que a da maioria dos ribeirinhos e dos operários que ganham salário mínimo", afirma Anderson. Os combuenses poderiam até mesmo ganhar muito mais, ainda que só com os três produtos, mas têm o hábito de não trabalhar às segundas e sextas-feiras, reduzindo a semana para apenas três dias. Os outros quatro são dedicados ao lazer e ao repouso.

A afirmação de Anderson é confirmada pelo morador Adamor dos Prazeres Gonçalves, 30 anos, que mora em frente à estação experimental do Goeldi. Ele disse que "é crime" falar em trabalho na sexta ou na segunda-feira. Mas está muito satisfeito com a vida que leva e com o dinheiro que ganha. "Nós não sabemos, na verdade, quanto ganhamos ou quanto gastamos, mas uma pessoa aqui, pela facilidade que o açaizal oferece, pode tirar até 20 latas (de 20 litros cada) de açaí num dia e vender em Belém a 20 cruzados novos cada." Como sobra dinheiro, ele acha que não tem por que trabalhar mais do que três dias.

Anderson constatou que a renda de cada família é mais ou menos constante, embora o preço da borracha tenha sofrido uma queda considerável nos últimos anos. O morador Francisco Rosa, por exemplo, só faturou 912 dólares em 1984, mas nos anos seguintes teve uma renda média de 2.500 dólares. A renda de uma irmã dele, Nazarete Rosa, oscilou entre 1.381 dólares e 4.894, com uma média de 3.171 dólares no período. Quem mais ganhou com o extrativismo seletivo em Combu foi Raimundo Rosa, com uma renda média de 3.320 dólares nos últimos cinco anos.

A produção de açaí, no caso de Francisco Rosa, representou 1.323 dólares, e o cacau, 1.122 dólares. Mas o irmão dele, Raimundo Rosa, ganhou em média 2.508 dólares, com açaí, e 773, com cacau. Os ganhos com borracha não foram muito expressivos.



## Castanheira produz mais que boi

Quando alguém come um hambúrguer típico, de 125 gramas, pode estar contribuindo para a devastação da Floresta Tropical. Cada hambúrguer consumido equivale a meia tonelada de bosques desmatados, ou a 6,25 metros quadrados de selva que foram transformados em pastagens.

Esses cálculos, feitos pelo pesquisador Christopher Uhl, da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) provam que um hectare de floresta é muito mais produtivo, se for explorado racional e seletivamente, do que se for transformado em pastagens para sustentar a criação de gado de corte, como tradicionalmente vem acontecendo na Amazônia.

Uhl, que é também professor de Biologia da Universidade da Pensilvânia e da Universidade Park, do mesmo Estado norte-americano, está no Pará há seis anos e desenvolve seus estudos nas áreas degradadas do município de Paragominas, a 270 quilômetros de Belém.

Com 23 anos de existência, Paragominas é um dos municípios paraenses mais afetados pelo desmatamento. Segundo o Centro de Sensoriamento Remoto da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, o município já perdeu mais de 23% da sua cobertura florestal original, transformados em pastagens.

Nos últimos anos, cerca de 344 mil quilômetros quadrados de matas pluviais da Amazônia foram eliminados, de acordo com o último relatório sobre desmatamentos do Instituto de Pesquisas Espaciais (Inpe). No lugar delas, formaram-se imensas pastagens porque a criação de gado, graças aos incentivos fiscais, foi considerada até pouco tempo uma atividade altamente lucrativa.

Clandestinos — Contudo, Christopher Uhl, Parker e outros cientistas devotados à Amazônia, reconhecem que a ação das empresas madeireiras também contribuiu bastante para o quadro ecológico atual da região. Só no Pará, com registro na Federação das Indústrias, existem 3 mil e 200 serrarias do que se dedicam à exportação e ao abastecimento do mercado interno. Mas calcula-se que haja outro tanto de serrarias clandestinas operando no Estado.

O cientista e seus colaboradores Daniel Neps-tade, do Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Úmido, órgão da Embrapa, e Ima Vieira, do Museu Emílio Goeldi, afirmam que, após 20 anos de ocupação do município de Paragominas e de todo o Sul do Pará, a pecuária continua a ser um tipo de uso da terra extremamente improdutivo. Dos sete municípios que relacionaram, 99% da floresta alterada tiveram como objetivo a formação de pastagens para alimentar um rebanho de 1 milhão, 797 mil reses (dados do IBGE de 1986), o que equivale a 0,73 animais por hectare. A produção por hectare é de 65 quilos de gado em pé ao ano ou 22 quilos de carne comestíveis ao ano, o que parece absolutamente irracional.

Eles compararam a produção de carne por hectare com o rendimento de outros produtos em igual área de solo na região e chegaram à conclusão

de que a terra, para a pecuária, "é improdutiva sob quaisquer aspectos". A produção de farinha de mandioca é 70 vezes maior do que a produção animal, enquanto a produção de milho e feijão é 20 vezes mais rentável, embora as três atividades possam ter características produtivas, mas, como tem maior produtividade, degradam significativamente menos que as utilizadas para pastagens.

Uhl e sua equipe mostram que numa área de 6,25 metros quadrados, que produz o equivalente a um hambúrguer, uma única árvore bem manejada de castanha-do-pará, produziria 30 quilos de amêndoas, com 21% de proteínas, enquanto os 22 quilos de carnes produzidos num hectare de campo, apresentam somente 19% de proteínas.

A função do bosque pluvial na estabilização dos ciclos hidrológicos locais e do clima não se avalia no mercado, nem se atribui valor comercial a algumas das milhares de espécies existentes na selva amazônica. Por isso, os bosques são vistos como empecilhos ao progresso. Somente as terras desbravadas podem dar rendas para os fazendeiros e madeireiros, assina Uhl.

Hambúrgueres — Os estudos indicam que um hectare de selva bem desenvolvida tem, aproximadamente 800 mil quilos de plantas e animais. Removida a selva e plantada a pastagem, o gado ganhará 50 quilos de peso por hectare ao ano, ou 400 quilos na vida média de oito anos, o que resulta apenas 200 quilos de carne limpa, para a feitura de hambúrgueres. Se forem divididos os 800 mil quilos de elementos vivos eliminados do hectare pelos 1 mil 600 hambúrgueres vamos ter quase meia tonelada de floresta para cada hambúrguer.

Christopher Uhl e Geoffrey Parker reconhecem que os cálculos são toscos para um determinado lote de floresta, e que os valores de biomassa convertida e os da produção de carne podem variar desde a metade até o dobro do que foi empregado. Eles parecem, contudo, convencidos de que mesmo que um hambúrguer represente três, seis, ou nove metros quadrados de floresta, a questão mais importante se mantém inalterada, porque a quantidade de bosque sacrificada em favor de um simples hambúrguer não é desprezível.

Calculam que numa área de seis metros quadrados, ocupada potencialmente por uma árvore de 20 metros de altura, com cerca de 450 quilos de peso, haveria sob esta umas 50 plantas novas de 20 a 30 espécies diferentes. Essas plantas, segundo imaginam, poderiam ser extremamente raras e de limitada distribuição, e acham que, na vegetação existiriam insetos de mais de cem espécies, com muitas possibilidades de muitos deles serem ainda desconhecidos da ciência. Os cientistas acrescentam que este pequeno bosque seria frequentado regularmente por dúzias de espécies de aves, répteis e mamíferos e, finalmente, haveria uma grande quantidade de musgos, fungos e microorganismos associados com a superfície de folhas, raízes e solo. (A.J.)